

Estados fascistas, Estado integralista

Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro

A civilização ocidental naturalizou, como organização política e social, a forma de Estado que se constituiu sobre características eminentemente européias e consolidou a versão burguesa de governar. Esses parâmetros de modelo de Estado que foram sendo historicamente construídos, desde o século XIV, delinearam aspectos e limites da ação governamental sobre a população que habita entre as fronteiras territoriais nas quais as instituições deveriam exercer os seus poderes. Na medida que ascendia a burguesia, códigos e identidades foram criados nas tentativas de se ordenar, para controlar, a ação do Estado. Dos séculos XVIII ao XIX, as transições de monarquias para repúblicas, ainda que permeadas por constantes restaurações, foram sedimentando esse modelo de Estado que recebeu do liberalismo econômico o apoio instrumental, na composição das idéias de necessidades individuais e coletivas de participação política pela representação. Estabelecendo controle e poder em suas fronteiras, os governos delimitavam os territórios dos Estados-nação. Assim sendo, o nexo de nação que se constrói nesse processo caminha intrinsecamente ao de Estado e, como escreve Eric Hobsbawm: " não faz sentido discutir nação e nacionalismo fora desta relação." [a de Estado-nação].¹ Além do mais, essa entidade social, a "nação", engendrada nos ideais da Revolução Francesa e na sua expansão, surge dos Estados e nacionalismos que lhe são anteriores. E, para compreensão deste processo é necessário, como mostra o mesmo historiador britânico: "As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas e políticas e outras exigências."²

¹ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780 – Programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 19.

² *Idem, ibidem*, p. 19.

A análise, portanto, das constituições dos Estados como organismos de controle e poder sobre um povo deve articular as formações, ou a “engenharia social” das nações. Para isso, é preciso compreender de que forma o Estado, enquanto governo, articula seus mecanismos de controle social, político e econômico com vistas a compor uma identidade nacional hegemônica.

Gramsci, em dos seus *Cadernos do Cárcere*, ao analisar as funções do Estado liberal, avalia que esse concebe e alia a ação punitiva do direito à educativa, cuja função seria formar o “homem coletivo” inserindo-o no “conformismo social”³. Seria, pois, tarefa do Estado integrar cada indivíduo singular no homem coletivo através da pressão educativa sobre cada um para obter seu consenso e sua colaboração, transformando em “liberdade” a necessidade de coerção. E, a necessidade de fazer-se representar induz os indivíduos a participarem de organizações em que seus interesses de classe sejam levados em conta nas disputas pelos espaços políticos. O espaço de luta da sociedade civil é o que se constrói na complexidade da história do ocidente capitalista. A luta acontece num ambiente de disputa, de relações de força, no qual os vários segmentos da sociedade civil e política disputam a hegemonia construindo espaços políticos no antagonismo das lutas de classe em contextos determinados historicamente. Desta forma, as análises de Gramsci sobre a constituição do que chamamos Estado tradicional partem da constatação de que a economia e política liberal possibilita o aparecimento da sociedade civil que considera no âmbito da dialogização e do conflito entre a sociedade política e a estrutura, ao mesmo tempo em que se insere nestas duas últimas instâncias no processo dinâmico e contraditório da história. Constata-se que as disputas intra Estado, visto então em sua amplitude, inclui as três instâncias acima referidas que se articulam de forma conflituosa. As disputas passam a se dar entre aparelhos privados de hegemonia no âmbito da sociedade civil e setores partidários organizados que disputam a hegemonia na sociedade política defendendo interesses de suas classes sociais. Assim, na perspectiva do Estado ampliado de Gramsci, entendemos que o aparecimento de propostas de associações

³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3, p.23.

político-sociais antagônicas ao liberalismo encontra-se no próprio processo de permissões de liberdade que o Estado, dito como tradicional ou liberal, aceita como uma das suas características, as de expressão e de organização política. Isto em tese, pois na medida de sua preservação, não permite àqueles que reivindicam a sua derrocada, o espaço para a discussão, como aos comunistas e anarquistas. E, esses antagonismos que se geram no “espaço de liberdade” permitido pelo liberalismo que tem lugar, também, as perspectivas autoritárias. Tal como percebe Juan Linz sobre o surgimento dos fascismos: “Sem a política organizada de seus tradicionais inimigos, o fascismo não tinha razão de ser”.⁴ Assim sendo, Estado liberal, permitindo a liberdade aos que colaboram com a sua manutenção, abriria portas às iniciativas mais radicais para a contenção de alternativas à sua própria existência.

Em meio às articulações de setores sociais que se organizavam e se digladiavam no âmbito da sociedade civil, entre fins do século XIX e início do XX, diversas tendências ideológicas tentaram ganhar força e respaldo popular para as investidas de conquista hegemônica da sociedade política, substanciada pelos mais variados interesses econômicos, de classe. E, nos espaços de organização da sociedade civil, ganhavam evidência perspectivas variadas de formas autoritárias de governar: A necessidade de contenção das iniciativas populares ganham maior força a partir da “Primavera dos Povos” em 1848, ano, também da publicação do *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels. Para Hobsbawm: “As revoluções de 1848 deixaram claro que a classe média, liberalismo, democracia política, nacionalismo e mesmo classes trabalhadoras eram, daquele momento em diante, presenças permanentes no panorama político.”⁵ O ano de 1848, da “Primavera dos Povos”, foi marcado pela esperança e pela derrota de milhares de trabalhadores, principalmente europeus, de virem chegar as suas reivindicações e lutas ao âmbito da sociedade política. Nas tentativas revolucionárias supunha-se que a participação popular nas revoluções liberais pudesse garantir

⁴ Juan Linz no Prefácio à segunda edição do livro de TRINDADE, Hélgio. *Integralismo, fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: DIFEL, 1979, p. XII.

⁵ HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p.46.

aos trabalhadores lugar de destaque no poder. A tentativa popular que triunfou brevemente nos países industrializados, mas fracassou na periferia e deu a chance à burguesia de tornar-se alerta para tomar maior distância de indesejáveis colaboradores oriundos do proletariado.

As crises e incertezas depressão que levaram por breve tempo ao palco as manifestações populares conduziram também à reações conservadoras. A Igreja Católica reagiria à indubitável inserção da classe trabalhadora no cenário político com uma tentativa de ordenar o mundo do trabalho. Em 15 de maio de 1891, o Papa Leão XIII faz publicar sua Carta Encíclica sobre a condição dos operários, a famosa *Rerum Novarum*. Neste documento a Igreja dava conta da existência, causas e gravidade da questão social e alertava aos católicos sobre a que considerava uma falsa solução: o socialismo.

Já nos início do século XX, na França, numa linha que unia a defesa da monarquia, apoiada numa visão intransigente do catolicismo, colocando a intolerância religiosa como ponto fundamental em sua perspectiva de organização estatal, Charles Maurras, fundou, através do jornal *Ação Francesa* que dirigiu de 1908 a 1944, um movimento que encontrou ressonância nos saudos das velhas sociedades européias do antigo regime e da submissão popular. Além de intransigente adversário do socialismo, Maurras também rejeitava a democracia e o liberalismo.

Em busca de caminhos para uma composição teórica para o pensamento autoritário, Leandro Konder, embora questione a seriedade teórica dos fascismos procura demonstrar que os intelectuais desses movimentos buscaram e encontraram em pensadores oitocentistas e novecentistas instrumental ideológico. Cita Mussolini que extrai de Sorel aspectos de sua concepção de violência; de Nietzsche, sua ética aristocrática e seu culto do “super-homem”. Quanto a Hitler, além de Nietzsche, teria extraído de Eugen Dühring, Paul Bötticher e Houston Steuart Chamberlain as idéias racistas⁶.

⁶ KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

Em termos econômicos e políticos, no início do século XX assiste-se o avanço cada vez mais intenso do capitalismo, com suas empreitadas imperialistas, provocando disputas econômicas e territoriais dentro e fora da Europa, gerando rupturas e concretizações de alianças, o mundo assiste o desenrolar da 1ª. Guerra Mundial. E o fim da guerra não significaria o começo da paz. O capitalismo em crise acende a descrença no sistema liberal de governar e abrem-se brechas para adesões às perspectivas autoritárias de Estado. Os movimentos fascistas surgem nesse processo de disputas, de crises econômicas e da descrença no pensamento liberal. Na Itália, o modelo fascista primordial, a ascensão do líder Mussolini se deu em meio a graves crises econômicas que abalaram e dividiram o país no pós-guerra. Crises que já estavam se delineando desde o *Risorgimento* e que ocasionou o que se chamaria a “Questão Meridional”. O forte norte, industrializado, se desenvolvendo sobre o sacrifício do sul agrário. A implantação do fascismo na Itália foi, como mostra Gramsci, conseqüência de múltiplos fatores determinados pelo seu processo histórico de industrialização. Visando a contenção da organização da classe trabalhadora no sentido de controle a luta de classes, o projeto fascista recebeu apoio de intelectuais orgânicos da classe burguesa e da Igreja Católica, assim como teve a influência da cultura da passividade italiana resultante da vitória de visões de mundo sob a hegemonia das classes proprietárias. Para Gramsci a chegada do fascismo ao poder não representaria a substituição ordinária do governo burguês composto à época da unificação italiana por outro, mas sim uma forma estatal da dominação de classe da burguesia, a chamada democracia burguesa, pela ditadura terrorista declarada. Segundo o intelectual italiano, desconhecer esta distinção é um erro grave. O fascismo seria, então, um outro tipo de dominação estatal da burguesia e as bases contraditórias da ideologia fascista, de suas superestruturas, do funcionamento da ideologia, seriam parte da constante arrumação e enquadramento das perspectivas doutrinárias às necessidades que surgem no processo de implantação do Estado fascista. Para Gramsci, a ideologia fascista marca um dos pontos de colisão entre o imperialismo e a pequena-burguesia, deslocando a dominância clássica do

jurídico-político na ideologia burguesa para o econômico-tecnocrático, inseparável, no fascismo, do ressurgimento de uma ordem moral. Essa ideologia moralizante seria a base na qual se ergue o Estado fascista, que passa pela obediência à hierarquia em todos os setores da sociedade, da família ao Estado. A filosofia fascista é identificada com o Estado de modo assegurar totalmente a educação do homem (um Estado ético, segundo a concepção hegeliana para Gentile). O indivíduo não seria nada sem o Estado, sendo a liberdade do liberalismo, uma abstração. A autoridade do Estado coincidiria com a comunidade ética e contraditoriamente esse seria apresentado como meio ético de realizar a liberdade. Em Gentile, o Estado torna-se criação espiritual, mais que liberal que o próprio Estado liberal porque totalitário, como expressão de uma concepção integral da política.

A constituição do Estado corporativo adotado pelo fascismo seria a tentativa de efetivar o controle das massas, enquanto política de colaboração de classes. O propósito, admitido, seria eliminação da luta de classes através da colaboração. Estas brechas da passividade levaram à submissão do Estado, à organização do operariado em corporações. Portanto, na perspectiva de implantação do Estado corporativo, o governo fascista entendeu-o como uma tentativa de nova organização econômica, a partir da política estatal. Nas palavras de Mussolini: “A economia disciplinada, tornada poderosa, harmonizada, em vista, sobretudo de uma utilidade coletiva dos próprios produtores, empreendedores técnicos, operários, através das corporações criadas pelo Estado, que representa o todo e, por isso, também o outro aspecto do fenômeno: o mundo do consumo.”⁷ Anulando as “liberdades” liberais, o fascismo, ao suprimir o parlamentarismo, quando suas bases subsistem, cria um “parlamentarismo implícito”, um “parlamentarismo negro”, tornando-o mais perigoso, segundo Gramsci, que quando é instituído de forma declarada. Nesse caso, desloca-se da dominância das funções políticas para a esfera policial ou cultural-ideológica, manifestando uma nova relação sociedade/Estado, a carência de

⁷ TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o Fascismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 104.

hegemonia. A atividade de direção política e cultural seria absorvida pela dominação de classe em função das características do partido e de suas mediações políticas e culturais.⁸

Assim, também, nessas perspectivas organizacionais e ideológicas, o pensamento fascista ganhou parte do mundo. Na Alemanha, segundo Konder, a ascensão de Hitler a chanceler em 1933 teria provocado a impressão de que o fascismo seria uma tendência natural. Para Fábio Bertonha⁹, o nazismo teria encontrado ressonância na sociedade alemã, pois nelas estavam as características autoritárias, reacionárias e militaristas. O anti-semitismo levado às últimas conseqüências teria dado ao nazismo a feição mais cruel do fascismo. No caso alemão, a estrutura de estado montada por Hitler não dispensou o apoio de empresários e de grande parte da população para, com a violência das SS (tropas de proteção) e das SA (tropas de assalto) impor seu governo totalitário. Como em todos governos autoritários, o movimento operário e sindical deveria ser contido, usando, para isso, a repressão. A massiva propaganda e criação de instituições que levavam arte e cultura aos operários também forma estratégias para atrair os trabalhadores para adesão ao regime.

Conforme o dito por Konder, pareceu, a muitos, natural a criação de grupos fascistas em muitas partes do mundo. Na Suécia se organizaram núcleos fascistas que copiavam até mesmo o emblema alemão. A Irlanda, liderados pelo General O'Duff e a Inglaterra, por Oswald Mosley, também tinham seus grupos fascistas. Quanto à Romênia, Cornélio Codreanu organizou a Guarda de Ferro, um movimento de características fascistas. A Guarda de Ferro foi proibida em 1933 e reorganizada em 1935, tendo seus principais líderes executados em 1938. Porém, com o nome "Movimento Legionário" se rearticulou e desempenharia papel importante no governo de Antonescu, entre 1940 e 1941.,

Para Hobsbawm é preciso levar em conta as pequenas diferenças que separam outros tipos de movimentos autoritários do fascismo, embora as convergências ideológicas pudessem

⁸ BUCI- GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado – por uma leitura teórico-política de Gramsci*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

⁹ BERTONHA, Fábio. *Fascismo, Nazismo, Integralismo*. São Paulo: Ática, 2002.

aproximá-los. Para o autor, a grande diferença entre a direita fascista e não fascista estaria na capacidade de mobilização das massas de baixo para cima¹⁰. Na Espanha e em Portugal, por exemplo, com sua grande base católica, as características reacionárias antecederiam o fascismo. Mas isso não afasta a intensa ligação ideológica com os regimes totalitários.

No Brasil, em 1932 é fundada a Ação Integralista Brasileira. Seu principal mentor e Chefe foi Plínio Salgado, romancista e jornalista diletante. Segundo um dos principais ideólogos da AIB, Miguel Reale, quanto ao fascismo:

“Plínio Salgado acolheu essa idéia, no contexto da doutrina social da Igreja, que era a sua diretriz dominante, procurando adequá-la às conjunturas político-econômicas brasileiras, sendo partidário de um “corporativismo integral”, não identificado com o Estado. A seu ver, o Fascismo devia ser interpretado como uma “terza via” entre o liberalismo e o comunismo, tendo programa distinto em cada nação.”¹¹

Procurando compor uma feição institucional, cuja auto-imagem representasse os anseios da nação brasileira, a AIB buscava legitimar-se fincando seu alicerce nas nossas raízes históricas e étnicas. Espelhando-se na Doutrina Social da Igreja, a AIB comungava das mesmas idéias de regimes reacionários europeus cujas origens antecederiam às do fascismo e que também o influenciaram. Para os ideólogos da AIB, esta identificação com a espiritualidade marcava a sua diferença em relação a quaisquer modelos racionalistas de construção do Estado, inclusive o fascista. O integralismo, como nos modelos europeus, propunha a organização da sociedade nos moldes corporativistas, alegando ser a única alternativa encontrada para substituir o modelo liberal pela representação de grupos de interesse econômico e ocupacional, descrita pelos ideólogos da AIB, como a forma representativa de uma “democracia orgânica”. Deste modo, procurava combater, fundamentalmente, a livre concorrência, a luta de classes e o comunismo. E, ao organizar-se como partido visou chegar à hegemonia da sociedade política.

¹⁰ HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹¹ REALE, Miguel. *O integralismo revisitado*. Texto enviado por e-mail a autora (28/08/2004) por Reale.

Embora nuances específicas dêem à AIB, estruturada como uma associação política assistencialista, a sua especificidade, esta se incorpora à tipificação fascista. Embora os integralistas afirmem que seu movimento era completamente diferente do fascismo europeu, e mesmo antagônico, muitas de suas características organizacionais eram semelhantes. O uso do uniforme, o estabelecimento de uma hierarquia rígida a partir de um chefe único, representante pessoal da própria doutrina, a defesa do corporativismo, da democracia orgânica (presentes tanto no fascismo, quanto no “estatismo orgânico”), a organização de um contingente de militantes com propósito de agir como força para-militar, são exemplos dessas semelhanças.

Por incorporar as características do fascismo, autores importantes acabam por considerar o integralismo brasileiro como um movimento apenas mimético, reduzindo-o à cópia irracional do modelo italiano. No entanto, ainda que sobressaia no integralismo brasileiro a simbologia fascista, demonstrada através das vestimentas e dos rituais de cumprimentos e cerimoniais, a AIB congregou em seus quadros importantes e competentes intelectuais cujo arcabouço teórico embasava de forma bastante coerente sua doutrina. Não se pode negar, também, o potencial de arregimentação do movimento durante os cinco anos de sua existência oficial, encerrada a partir do decreto presidencial de 10 de novembro de 1937 que instituiu o Estado Novo por Vargas.

Com a proposta de moralizar o país e trazer a ordem, a AIB traduziu os anseios de parte da população brasileira que nela encontrou consonância com seus projetos de vida. Dessa forma, em todas as regiões do país, a AIB estabeleceu núcleos municipais, regionais e provinciais, além de representações nacionais nas capitais. Segundo estatuto da entidade, a sede da Chefia Nacional seria materializada pela presença do próprio Salgado. Com sua estrutura hierarquizada, na AIB, acima de todos, achava-se o Chefe e, na base do movimento, a militância que a sustentava, como soldados defendendo a doutrina e o domínio inquestionável da cúpula.